

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Ministério da Fazenda

**Brasil soberano.
Economia forte.
País mais justo.**

Multiplicadores Fiscais e Impulso Estrutural do Gasto

Multiplicadores Fiscais

- Gasto público é componente importante da demanda agregada, por isso a relevância de mensurar a magnitude da atividade econômica induzida por este componente
- Para isso, foram estimados os multiplicadores fiscais de diferentes modalidades de gasto do Gov. Central (pessoal, transferências de renda, investimentos e outras despesas)
- Multiplicador fiscal é o coeficiente que, multiplicado pelo gasto público, permite aferir seu poder indutor sobre a demanda agregada tanto pelo impacto direto quanto por meio do acionamento indireto de cadeias produtivas, pagamento de rendas de fatores e consumo
- Trabalho de estimação dos coeficientes foi feito a partir de colaboração técnica com o Pesquisador Prof. Dr. Manoel Pires, da FGV/IBRE

Multiplicadores Fiscais das Despesas Públicas do Governo Federal

Tipo de Despesa	Coeficiente
Pessoal	0,74
Transferências de Renda	2,68
Investimentos	3,45
Outras	0,74

Impulso Estrutural do Gasto

- Impulso Estrutural do Gasto (IEG) indica quanto o PIB variou em razão da variação na despesa pública do Gov. Federal, considerando os efeitos abrangentes desse gasto
- IEG é calculado conforme equação abaixo, em que os multiplicadores fiscais (μ) são multiplicados pela variação em porcentagem do PIB (Δ) da despesa a que se referem

$$IEG_t = \mu_P \Delta\left(\frac{G_{P,t}}{Y_t}\right) + \mu_{TR} \Delta\left(\frac{G_{TR,t}}{Y_t}\right) + \mu_I \Delta\left(\frac{G_{I,t}}{Y_t}\right) + \mu_O \Delta\left(\frac{G_{O,t}}{Y_t}\right)$$

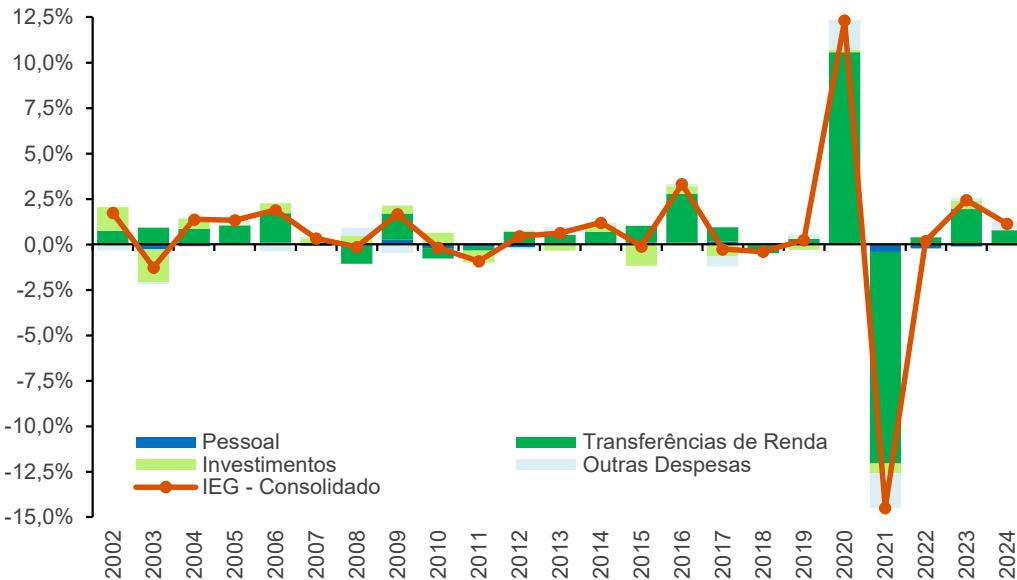
- Um IEG de 2% significa que o PIB aumentaria em 2% caso o gasto público fosse seu único fator determinante
- No caso de um IEG de 2%, ante um PIB que aumentou apenas 1%, significa que o gasto público puxou para cima o aumento do PIB, enquanto os demais fatores (consumo das famílias, investimento privado e setor externo) tiveram desempenho pior

Impulso Estrutural do Gasto

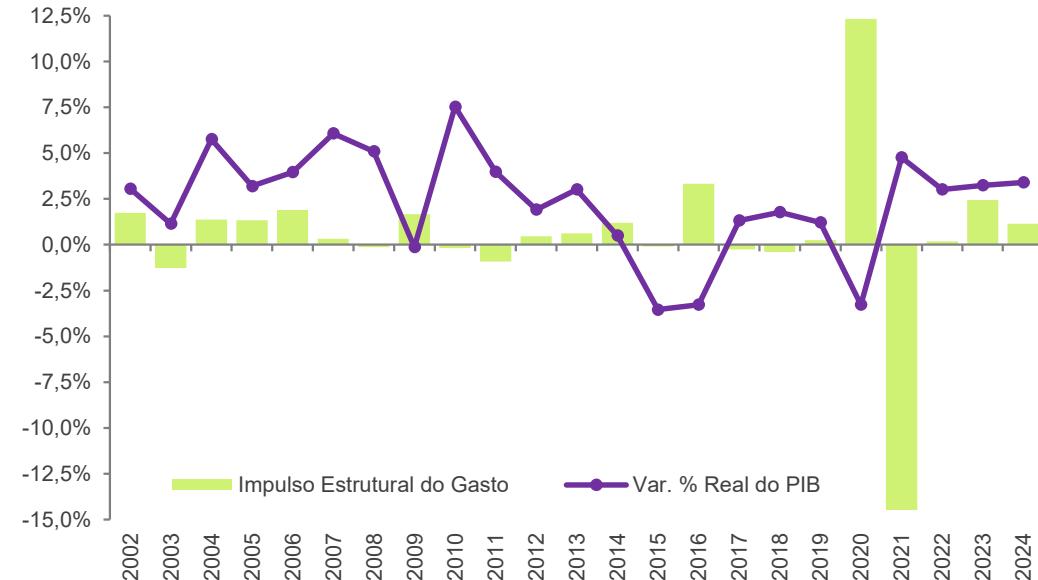
IEGs foram calculados de 2002 a 2024 e contaram com ajuste relativo ao pagamento de precatórios no exercício de 2023 (R\$ 95,3 bilhões foram deslocados do 4T23 para o 1T24)

Na maior parte dos anos o gasto público federal foi expansionista, contribuindo para o aumento do PIB, mas não foi aceleracionista, ou seja, contribuiu menos que outros fatores

**IEG (em p.p. do PIB) do Governo Federal, decomposto
(2002 a 2024, anual)**



**IEG (em p.p. do PIB) do Governo Federal vs Var. % Real do PIB
(2002 a 2024, anual)**



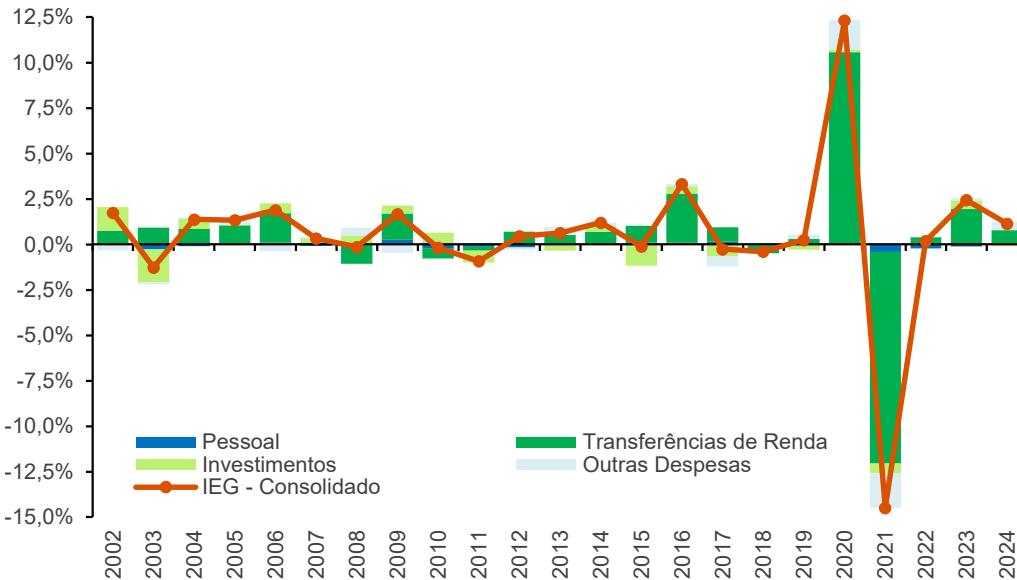
Fonte: Elaboração da Secretaria de Política Econômica em parceria com o Pesquisador Manoel Pires.

Impulso Estrutural do Gasto

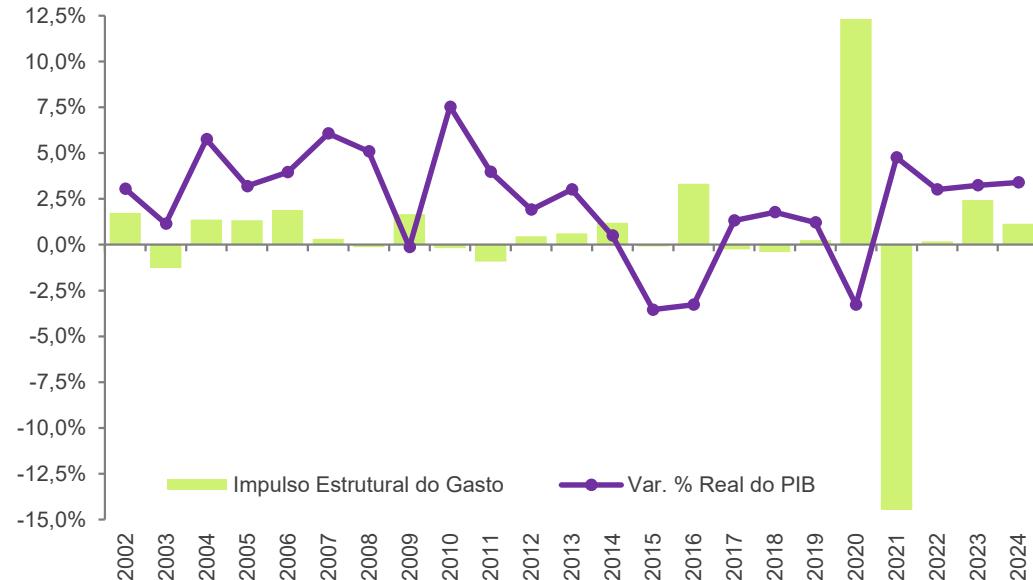
Em 2024, IEG do Governo Federal foi de 1,1% do PIB, ante um impulso de 2,4% em 2023. Embora expansionista, em ambos os anos, foi não aceleracionista.

O Gasto público federal teve, portanto, impacto menos expansionista sobre a atividade econômica em 2024, indicando viés pró-consolidação fiscal e coordenação com o ciclo econômico.

**IEG (em p.p. do PIB) do Governo Federal, decomposto
(2002 a 2024, anual)**



**IEG (em p.p. do PIB) do Governo Federal vs Var. % Real do PIB
(2002 a 2024, anual)**



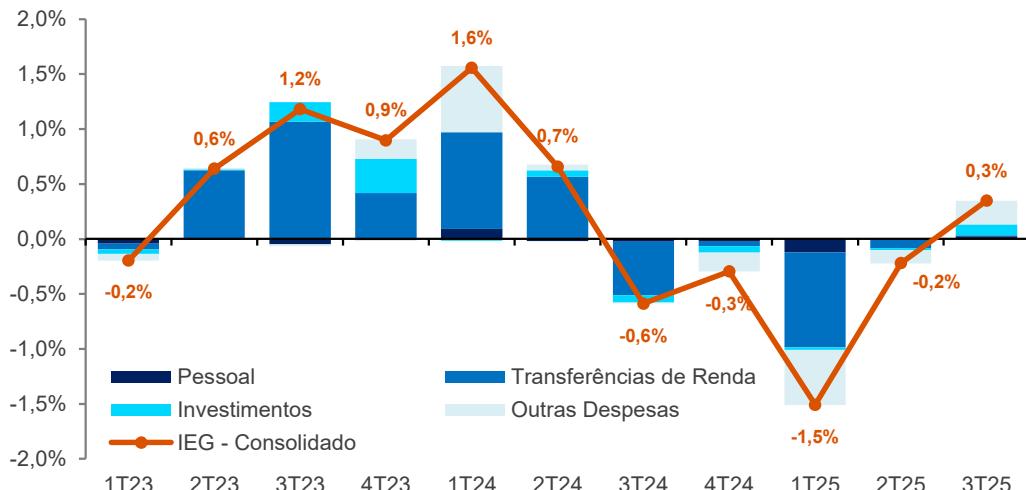
Fonte: Elaboração da Secretaria de Política Econômica em parceria com o Pesquisador Manoel Pires.

Impulso Estrutural do Gasto – Por Trimestre

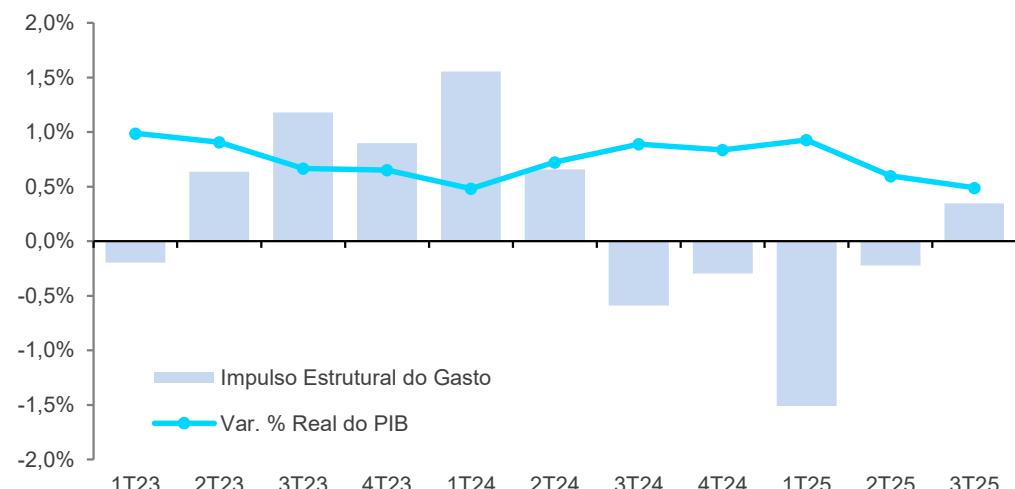
Análise de curto prazo, focada nos trimestres mais recentes e usando uma janela móvel de 4 trimestres, permite observar que o ápice do estímulo da despesa pública à atividade econômica foi no 1T24

Comparação com a variação real do PIB mostra que o impulso foi expansionista a partir do 2T23 e aceleracionista entre 3T23 e 1T24, tornando-se contracionista entre 3T24 e 2T25. No 3T25, a política fiscal foi expansionista não-aceleracionista

IEG (em p.p. do PIB) Governo Federal
(1T23-3T25, acumulado em 4 trimestres)



IEG (em p.p. do PIB) do Governo Federal vs Var. % Real do PIB
(1T23-3T25, acumulado em 4 trimestres)



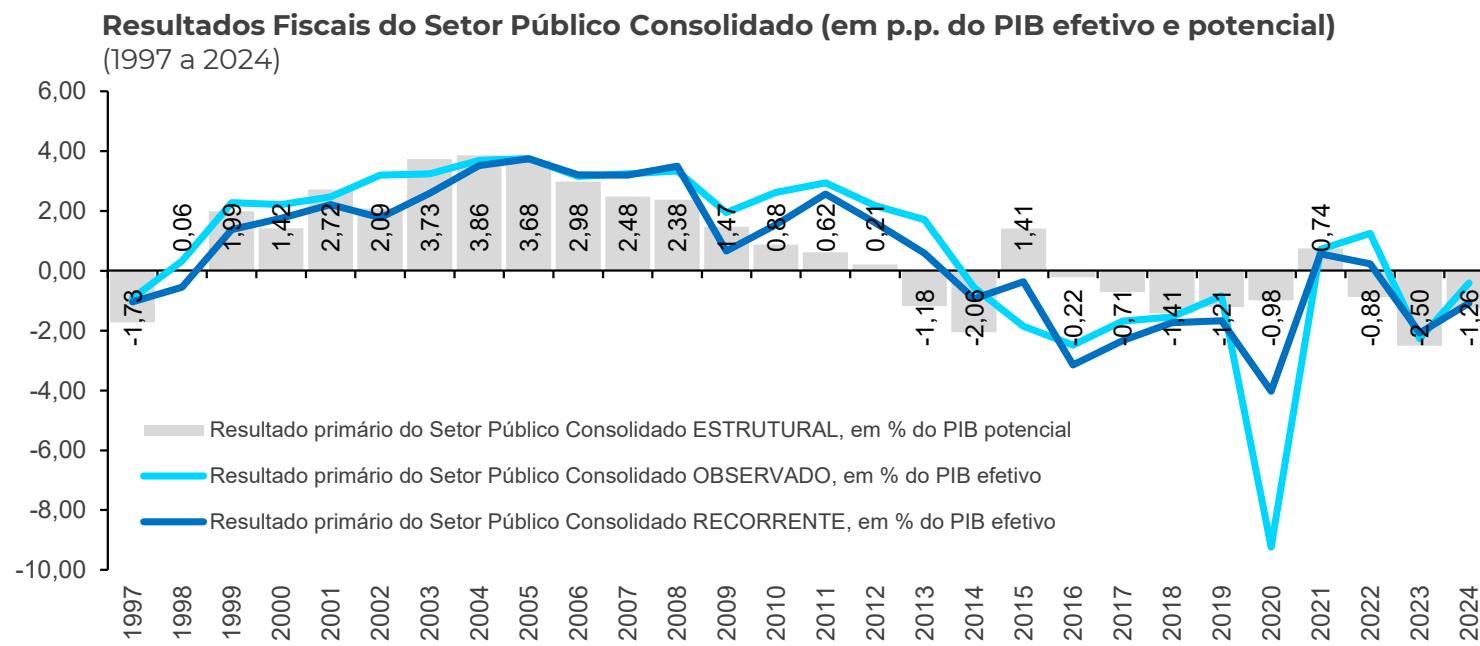
Fonte: Elaboração da Secretaria de Política Econômica em parceria com o pesquisador Manoel Pires.

Resultado Fiscal Estrutural

Resultado Fiscal Estrutural

Em 2024, Resultado Fiscal Observado do Setor Público foi de -0,40% do PIB, enquanto o Recorrente foi de -1,08%, refletindo, principalmente, receitas atípicas com dividendos, concessões e recolhimentos de tributos de fundos exclusivos

Resultado Fiscal Estrutural foi de -1,26% do PIB potencial. Aumento do déficit em relação ao Recorrente deveu-se ao hiato positivo do PIB

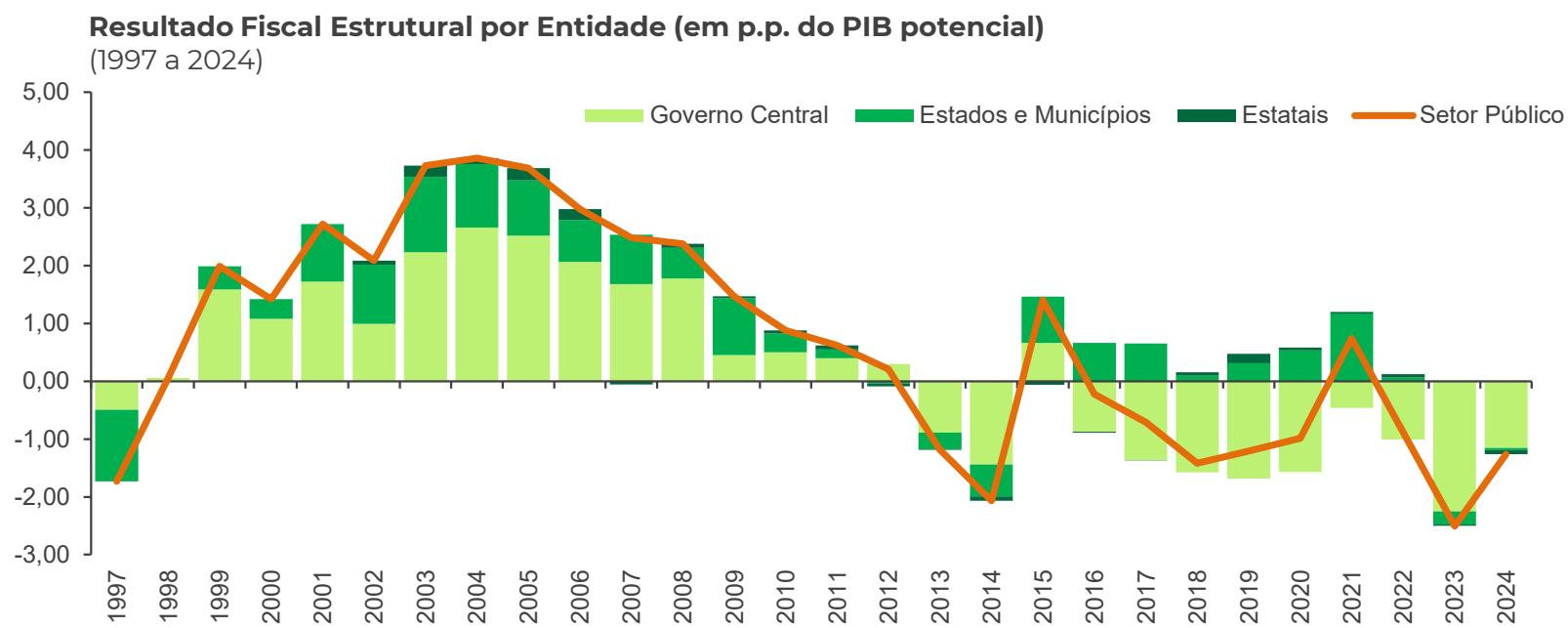


Fonte: Elaboração da Secretaria de Política Econômica.

Resultado Fiscal Estrutural – Por Entidade

Resultado Fiscal Estrutural do Setor Público em 2024, de -1,26% do PIB Potencial, foi composto por um déficit estrutural do Governo Central de -1,15%, um déficit de -0,04% dos Governos Regionais e um déficit de -0,07% das Estatais

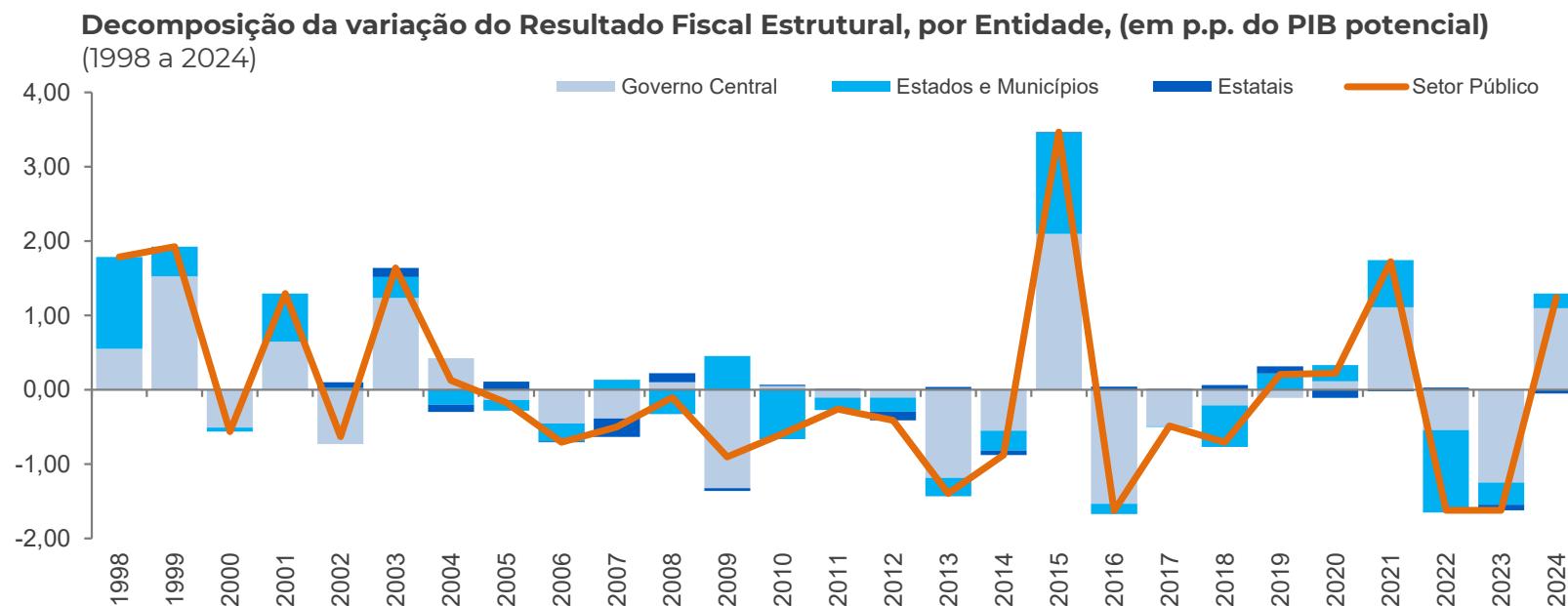
Resultado Fiscal Estrutural do Governo Central é negativo desde 2016 e contribuição dos Governos Regionais foi negativa em 2023 e 2024



Fonte: Elaboração da Secretaria de Política Econômica.

Resultado Fiscal Estrutural – Por Entidade

Em 2024, houve variação positiva do RFE frente a 2023, o que denota um esforço fiscal positivo no sentido de uma melhora estrutural nas condições de solvência do Setor Público. Da variação de 1,25 p.p. do PIB potencial, 1,10 p.p. foi de responsabilidade do Governo Central



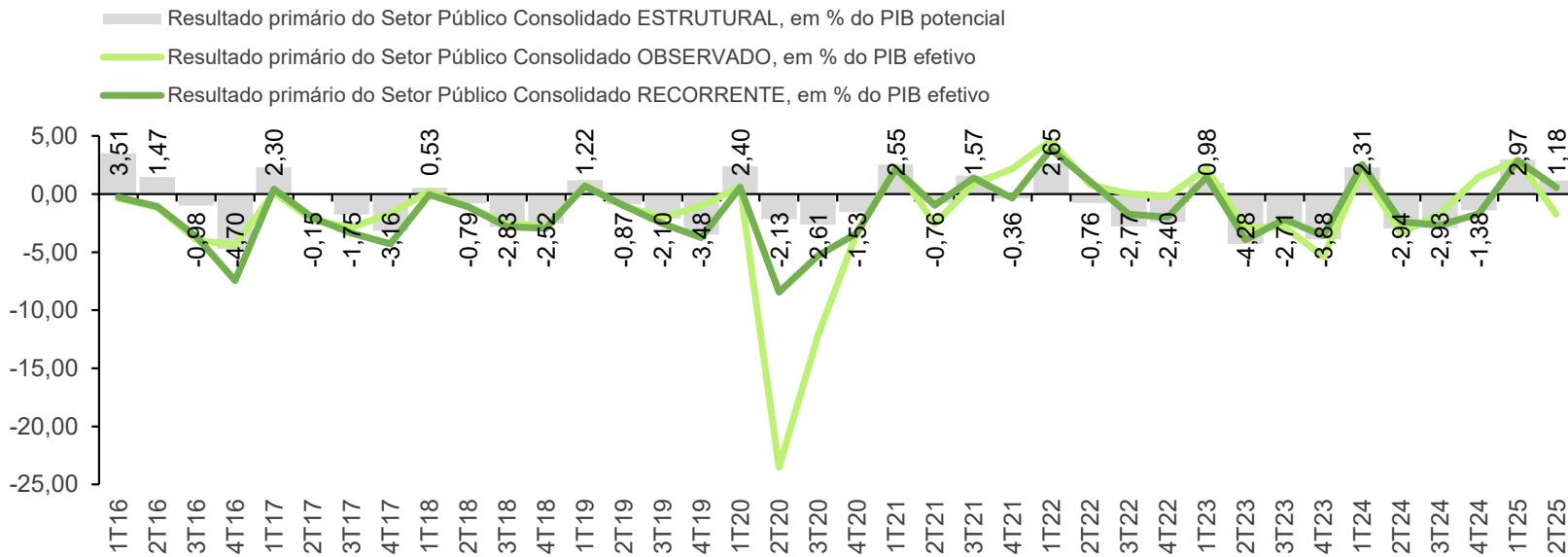
Fonte: Elaboração da Secretaria de Política Econômica.

Resultado Fiscal Estrutural – Por Trimestre

Cálculos por trimestre permitem apurar uma prévia dos resultados para o primeiro semestre de 2025, quando houve superávits estruturais de 2,97% e 1,18% do PIB potencial no 1º e 2º trimestres, respectivamente

Prévia de 2025 evidencia esforço pró-consolidação fiscal iniciado em meados de 2024

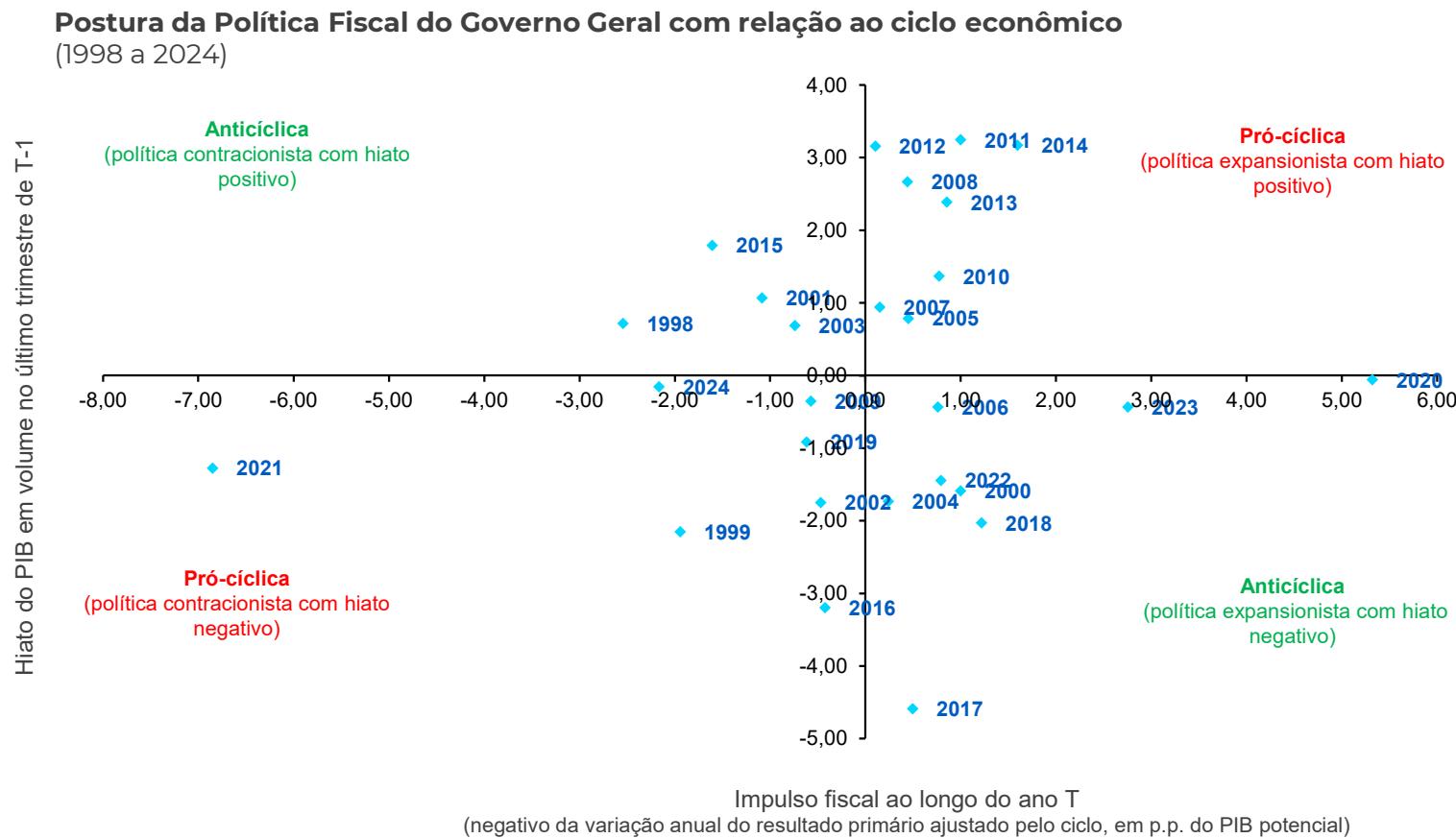
Resultados Fiscais do Setor Público Consolidado (em p.p. do PIB efetivo e potencial)
(1º trim. de 2016 a 2º trim. de 2025)



Fonte: Elaboração da Secretaria de Política Econômica.

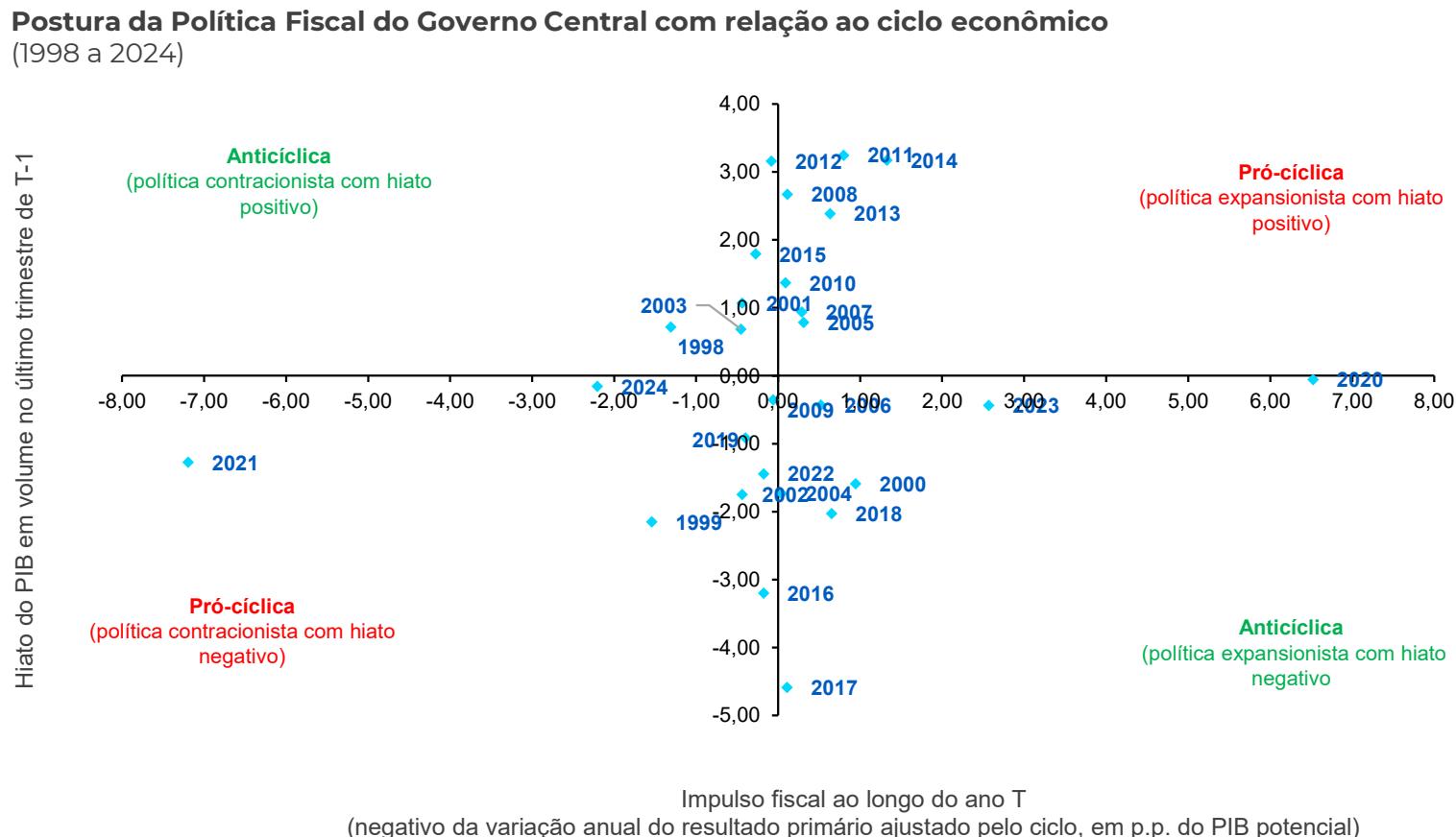
Postura da Política Fiscal

Política fiscal do Governo Geral em 2024 foi contracionista (houve diminuição do déficit primário em relação a 2023) e pró-cíclica, em razão de um hiato do PIB levemente negativo ao final de 2023



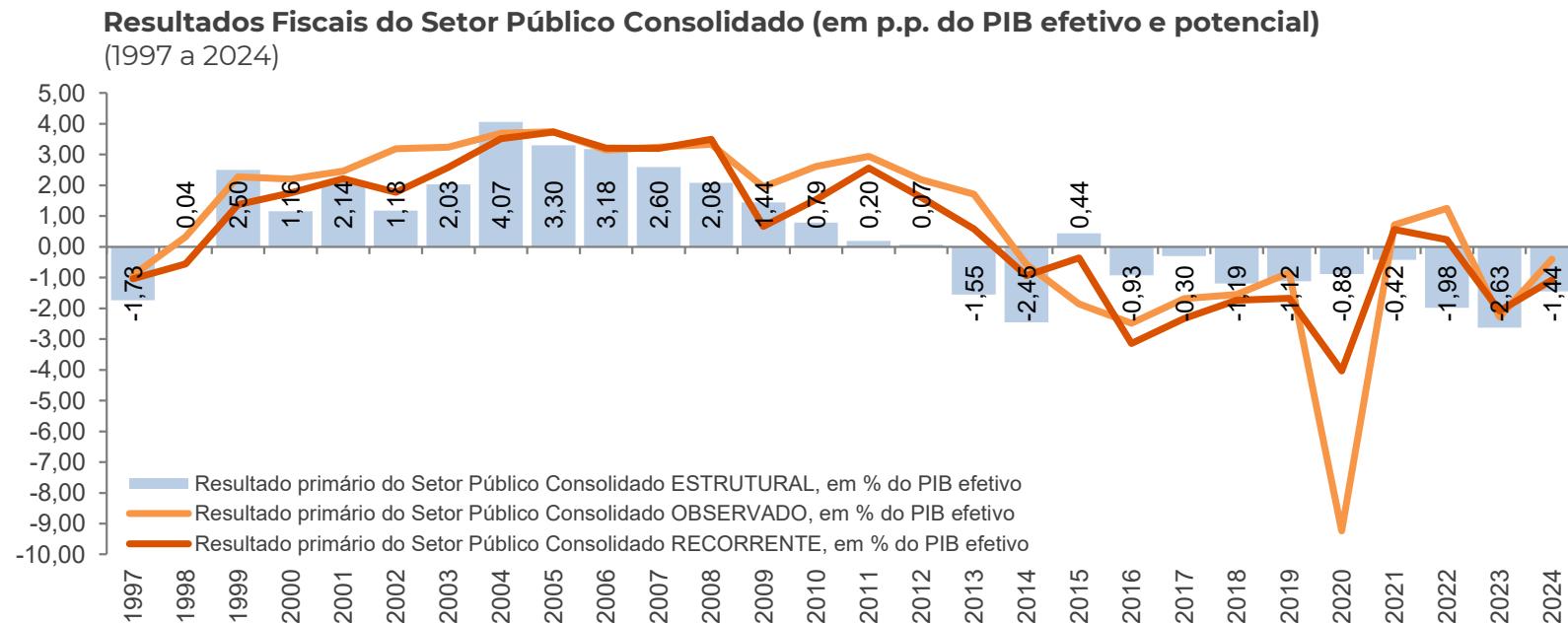
Postura da Política Fiscal

Política fiscal do Governo Central em 2024 foi contracionista (houve diminuição do déficit primário em relação a 2023) e pró-cíclica, em razão de um hiato do PIB levemente negativo ao final de 2023



Resultado Fiscal Estrutural - Nominal

Incorporando hiato da inflação, resultado estrutural de 2021 passa a ser um déficit, uma vez que a inflação daquele ano foi de 10,06%. Déficit estrutural de 2024 já é menor do que o de 2022.

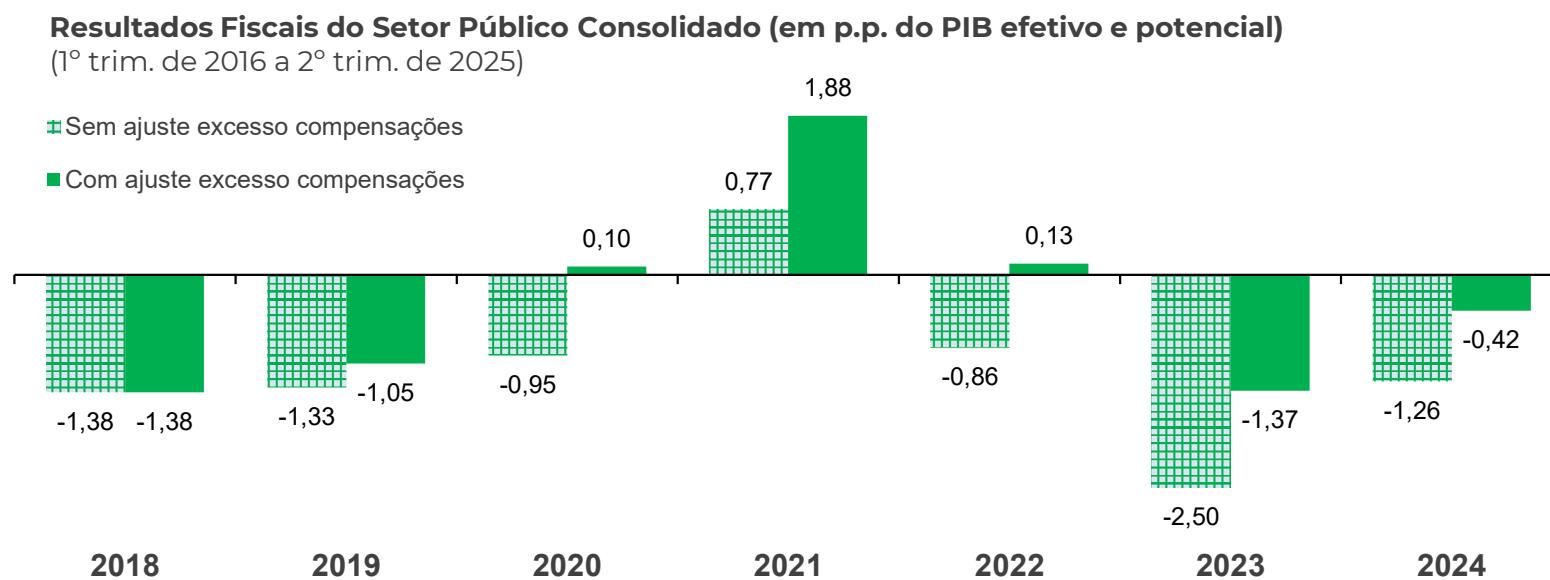


Fonte: Elaboração da Secretaria de Política Econômica.

Resultado Fiscal Estrutural – Sem Compensações

Decisão do STF de que o ICMS não poderia compor a base de incidência do PIS/Cofins, conhecida como “tese do século”, gerou para a União um passivo de R\$ 400 bilhões em compensações tributárias, que vêm sendo descontadas pelas empresas paulatinamente desde 2020

RFE sem o excesso de compensações (calculado em relação à média de 2003 a 2018) resultaria em resultados fiscais estruturais aproximadamente 1% do PIB melhores do que os observados



Fonte: Elaboração da Secretaria de Política Econômica.

**Brasil soberano.
Economia forte.
País mais justo.**

MINISTÉRIO DA
FAZENDA

